

No plano interno do aparelho de poder, por sua vez, espelhando a situação real da economia, notava-se a dissidência definitiva de Bukharin frente a Stalin. Aquele era considerado agora o líder de uma "direita", a qual, por outro lado, modificara sua opinião a respeito da industrialização. Desta vez, em outubro de 1928, Bukharin reconhecia em uma publicação no Pravda, as *Notas de um economista*, que era necessário buscar o equilíbrio de mercado inserindo a indústria no seio da NEP, ao tempo em que apoiava um maior controle sobre os kulaks e melhoramento dos estímulos às fazendas coletivas e cooperativas, muito embora ainda insistisse, à sua maneira, na continuidade da restauração do mercado camponês.²¹²

Stalin, entretanto, não se utilizaria novamente dos argumentos de Bukharin para respaldar iniciativas que colocassem fim ao problema que afetava diretamente a si próprio. Seu antigo aliado, na verdade, seria escorraçado do núcleo do poder e colocado no ostracismo antes que a violência física se abatesse sobre ele. Ao contrário de Bukharin, que afirmava ter a luta de classes diminuído por ter o socialismo avançado sob a NEP, Stalin redefinía a luta pelo socialismo em um só país em termos de uma intensificação da luta de classes.

Pode ser encontrada na política econômica desenvolvida por Stalin nos anos 20, em seu significado ideológico, uma faceta bastante particular, qual seja, aquela que realçava a positividade, para a construção do socialismo, da "distribuição" de responsabilidades de direção e gestão econômicas. Ao reafirmar insistentemente sua superestimação da importância do papel do mercado e seu agente principal, a pequena burguesia, os chefes que controlavam os aparelhos partidário e estatal tentavam convencer as massas soviéticas de que os revolucionários sabiam rejeitar o dogmatismo e compartilhar o poder.

Era uma fórmula que continha uma dupla finalidade: ao servir de apoio à burocracia na tentativa de desmoralizar seus adversários, por fazer a apologia do campesinato, supostamente subestimado pela oposição, levava à uma posição de fato, que era a de se prestar para encobrir o verdadeiro monolitismo que se instalava a passos acelerados, o qual, isto sim, se apresentava como um recurso efetivo para afastar o proletariado do processo de gestão e direção, pois este representava a força social que mais imediatamente ameaçava a cristalização burocrática.

²¹² Idem, p. 99.

Ao mesmo tempo pode se argumentar que este procedimento incorpora uma outra expressão ideológica. A propagação pública por parte da burocracia de seu interesse em se colocar ao lado da grande maioria da nação fazia passar a idéia de que se preocupava com a "estabilidade" necessária para que a vida retomasse seu curso mais tranquilo e livre das agruras que se presenciara nos anos de guerra e confrontos internos. Era a postura "termidoriana" que a burocracia procurava chamar para si aproveitando-se do esgotamento e cansaço das massas. E, evidentemente, a conquista da estabilidade exigia a eliminação dos conflitos políticos e doutrinários como aqueles que emanavam do embate entre as correntes políticas que disputavam o poder:

*"(...) A "estabilidade" tornar-se-ia o tema central, expressão dos verdadeiros objetivos e indicação do modo de garantir a coesão interna dos que eram os verdadeiros portadores dessa estabilidade. De qualquer modo, podia-se recolher dos pais fundadores da teoria um elemento essencial, a nacionalização dos meios de produção indicada como princípio por excelência do socialismo. (...) A fórmula adaptava-se muito bem aos interesses da burocracia, na medida em que expressava verdadeiramente qual era a fonte do poder do Estado, bem como a posição dos seus servidores, tutores do patrimônio nacional. Tratava-se de uma ótima base para apoiar a defesa da função particular e, portanto, dos privilégios particulares, para justificar a imagem cada vez mais inflada de si e da própria importância que tinham os novos mandarins do Estado. (...) Essa ideologia inaugurou sua carreira com a defesa do aparelho do Partido contra a oposição no início dos anos 20 (...)"*²¹³

A crise econômica vinda à luz com toda intensidade no segundo semestre de 1927 pôs a nu o fosso profundo que separava a realidade da pregação ideológica. Sem sombras de dúvidas, os próprios fatos encarregavam-se de demonstrar que a estabilidade tantas vezes anunciada não passava de pura ficção. Ao contrário, o que se constatava era uma instabilidade crescente que surgia do fortalecimento desmesurado da pequena burguesia e das conseqüências deste fato.

Premida pelo tempo em decorrência do caos instalado como resultado da sua própria política, a burocracia tratou de apressar a apresentação daqueles que seriam os novos requisitos justificadores de sua doutrina da construção socialista. Assim, passava a ser veiculada a tese cunhada por Stalin que redefinía os termos do processo de direção e gestão. A estabilidade tornara-se impraticável de acordo com o método de divisão das atribuições entre os revolucionários e os elementos não revolucionários. Certamente tal resultado se materializara em função do "rompimento" do acordo implícito às orientações implementadas como política econômica no período da NEP. Impunha-se dessa maneira, uma ação de resgate

²¹³ LEWIN, 1986, op. cit., p. 232.

da soberania dos revolucionários, dos marxistas, ou seja, daqueles que se auto-denominavam os únicos compromissados desinteressadamente com a implantação do socialismo.

Na nova fase que seria inaugurada a partir de 1928-29 a homogeneização estaria em sintonia com o conceito que associava a burocracia à idéia de única e legítima condutora do processo de construção do socialismo em nome de toda a sociedade e a suposição de que o trabalho de gestão e direção deveria ser exercido hegemonicamente por ela. Passaria a prevalecer o ideal que vendia a distinção entre a burocracia, como uma "classe" superior, e as demais classes como exigência indispensável garantidora do futuro socialista soviético.

Mas, em vez de assentar-se sobre uma receptividade legítima encontrada no seio da sociedade, a nova versão ideológica do socialismo num só país seria imposta exclusivamente como uma decisão tomada pela própria burocracia, o que só poderia ser feito por meio de medidas administrativas drásticas e também através das práticas específicas da repressão e do terrorismo em massa. A par do aprofundamento do isolamento econômico seriam agregados na construção da nova versão ideológica outros elementos significativos reveladores da pseudo onisciência burocrática. Entre outras coisas, o Estado deveria ter seus poderes fortalecidos ao máximo, mesmo que fosse veiculada como atenuante sua inevitável extinção no futuro. Do mesmo modo que, como parte inseparável da idéia da superioridade estatal sobre os indivíduos, a figura do dirigente principal, do líder infalível, que concentraria em sua própria figura a metáfora da sabedoria redentora, teria que ser recebida pelos cidadãos de forma inquestionável.

De uma vez por todas desapareceria a fronteira entre Partido e Estado. A fusão destas duas instituições ganharia a condição de norma obrigatória a espelhar a homogeneização que se estenderia por toda a sociedade e o monolitismo que prevaleceria como sinônimo de norma correta e justa de direção e condução dos destinos do país. Referindo-se à intensificação da luta de classes e à iniciativa dos elementos burgueses em preservar suas posições como conseqüência do progresso do socialismo sob a NEP, Stalin avançaria um caminho inverso: o da inevitabilidade da geração de uma "superestrutura" particular como requisito para a efetivação de uma nova "base econômica" em substituição àquela que se constituira no período de favorecimento da acumulação individual. Se colocava, então, o direcionamento da intervenção estatal sobre a luta de classes visando intensificá-la por meio de

"uma revolução de cima", mas ao mesmo tempo com o propósito de eliminá-la, pois o socialismo deveria ser entendido como a ausência do conflito de classes.²¹⁴

Toda uma constelação de elementos éticos e morais seriam associados à composição ideológica desejada para a nova superestrutura. Alguns deles, em se traçando um paralelo com as religiões, em particular com o cristianismo, passam a forte sensação do surgimento de uma nova seita com seu Deus, seus dogmas, suas virtudes e sua versão a respeito do conceito de pecado. O culto à personalidade, a inquestionabilidade da sabedoria do chefe, a caça aos "inimigos do povo", a punição aos heréticos e a nova inquisição dão bem uma mostra da evidência do conteúdo religioso do stalinismo.²¹⁵

Inquestionavelmente, uma determinada noção de auto-suficiência está presente no significado ideológico da teoria do socialismo num só país. Esta noção vincula-se necessariamente, por um lado, à existência de um corpo social, a burocracia, entendido como pré-requisito inarredável ao gerenciamento e administração da vida econômico-social interna em consonância com o projeto da sociedade igualitária. Por outro lado, a auto-suficiência designa uma suposta capacidade de realização nacional do socialismo frente às condições extremamente adversas representadas pelo mundo capitalista ao redor. A pregação e a exacerbação da "superioridade" nacional-soviética inspirada na apologia de suas próprias "peculiaridades" apresentar-se-ia como importante expediente de reunião de energias que dariam substrato, ao fim e ao cabo, ao erguimento de um edifício à imagem e semelhança da burocracia.

As novas medidas econômicas que marcariam a formação da "base" sobre a qual seria imposto o grande "salto para a frente" seriam orientadas por um primeiro traço distintivo, tornado marca registrada da ação econômica burocrática. A organização econômica, espelhando a homogeneização pretendida, passaria a ser compreendida no plano absolutamente ideal, o que, caracteristicamente, implicaria na superação administrativa e formal de determinados pré-requisitos, parâmetros infra-estruturais e condicionantes sociais. O *empirismo* seria elevado ao status de princípio científico, e nortearia desmesuradamente o comportamento do grupo dirigente na implementação do aparelho econômico que estaria implantado plena e definitivamente dentro de um espaço de tempo muito curto.

Assim, *mutatis mutandis*, no final de 1927, a principal preocupação da direção voltou-se imediatamente para os campos. Tornava-se imperioso debelar o

²¹⁴ HOWARD AND KING, 1992, op. cit., p. 34.

²¹⁵ LEWIN, 1986, op. cit., pp. 234-235.

mais rápido possível a crise provocada pela recusa da entrega dos cereais por parte dos camponeses. Na lógica de Stalin, de acordo com o novo entendimento acerca do esforço socialista isolado, medidas de conteúdo "socialista" deveriam ser empregadas de forma extensiva e massiva. Quer dizer, os elementos pré-socialistas, que se revelaram totalmente insuficientes e inadequados para o equacionamento da questão fundamental do fornecimento de bens alimentares e matérias primas, seriam substituídos por dispositivos que retratassem o mais fielmente, quanto mais desejável fosse, a concepção socialista idealizada. Na opinião da fração dirigente tal procedimento era anunciado como uma garantia inquestionável da viabilidade do socialismo em meio à hostilidade capitalista tanto no nível interno quanto no espaço internacional. Evidentemente, tudo o que fosse interpretado como uma expressão burguesa deveria ser varrido radicalmente, quer dizer, suas raízes teriam que ser arrancadas tão integralmente quanto mais forte se revelasse a "ousadia" revolucionária da burocracia aos olhos das massas trabalhadoras.

É com base nesse conteúdo ideológico que deve ser analisada a problemática da coletivização da agricultura sob o comando de Stalin. Empreendida forçadamente, esta atitude revelava muito mais um desejo incontrolável de erradicação de um inimigo que ameaçava seus domínios do que uma preocupação efetivamente ligada à formulação da dialética econômica da transição ao socialismo. Isto porque a coletivização da agricultura seria conduzida sob o lema da "erradicação do kulak enquanto classe" e não em sintonia com a implementação do mecanismo garantidor de sua materialização.

Este, como se conhece das interpretações marxistas contidas nas proposições estudadas no capítulo III, tem em seu fulcro como variável indispensável, condicionadora de seu êxito, o desenvolvimento de uma base técnica revelada unicamente por uma determinada evolução do nível geral da industrialização do país. Daí a constatação que deduz o ritmo da coletivização da agricultura do processo de industrialização.

Nesta linha, avaliando as conseqüências da avassaladora e tempestuosa política stalinista para a agricultura, em 1930, quando seus resultados deletérios já se faziam sentir com bastante intensidade, Trotsky escreveria as seguintes palavras a respeito:

"(...) estes processos têm sido tratados como se fossem distintos e separados. Apesar de seu rápido desenvolvimento, a indústria soviética por muito tempo seguirá sendo muito atrasada. Ao final do Plano Quinquenal a indústria estava em condições de fornecer

tratores e máquinas somente para cerca de 25% das granjas camponesas. Essa é a verdadeira escala da coletivização. Quer dizer, enquanto a URSS permanecer isolada, a industrialização da agricultura deverá ser considerada como resultado de sucessivos planos quinquenais

Fica claro que o que determina a atual coletivização não são fatores produtivos, mas sim administrativos. Esta mudança abrupta, aterrorizada, da política do kulak e do camponês médio, resultou na eliminação quase total da NEP. Cada camponês é uma unidade produtiva que não pode existir sem o mercado e, por essa razão colocou o camponês médio diante das seguintes alternativas: voltar à economia natural, que seria desaparecer, tentar uma guerra civil pelo controle do mercado, ou tentar o novo caminho da economia coletiva.

Normalmente, a coletivização significa vantagens para o campesinato, pois teria impostos mais baixos e créditos a prazos mais amplos para adquirir máquinas. Se atualmente o camponês acorre às granjas não é porque acredita que o Estado tem condições de reconstruir a economia agrícola em bases coletivas num futuro próximo, mas sim, porque não há outra saída, principalmente para o extrato superior que se acostumou ao modo capitalista no período da política 'liberal' de Stalin-Ustrialov. (...)"²¹⁶

A coletivização da agricultura empreendida aceleradamente a partir de 1928 representou a primeira grande oportunidade para o emprego da ação econômica governada pelo empirismo. Uma primeira demonstração cabal do emprego do empirismo como diretriz de política econômica é encontrada nas iniciativas empregadas na tentativa de reversão do quadro de carência de bens agrícolas que se constituía em fins de 1927.

Optou-se, na prática, pela reedição dos instrumentos aplicados quando da vigência do comunismo de guerra, entre os quais, sobretudo, o confisco de cereais mediante a utilização da força. Todavia, a mudança mais significativa relativa à agricultura não ficaria circunscrita a atitudes que diziam respeito ao recolhimento das colheitas determinadas pela emergência e pela disseminação do pânico. O fundamental implicaria numa mudança de fundo no que respeita à estrutura organizativa da unidade de produção agrícola. A coletivização forçada, anunciada oficialmente em 1929 começou a ser implementada em fevereiro de 1930. Enquanto os kulaks eram liquidados o número de granjas coletivas cresceu de 3,9% em 1929 para 52,7% em 1931. E entre 1934 e 1937 saltaria de 61,5% para 93%. Antigas pequenas parcelas agrícolas que assomavam 25 milhões foram transformadas em

²¹⁶ TROTSKY, Leon. *El nuevo curso de la política soviética - la aventura económica y sus peligros*. In TROTSKY, L. *Escritos*. Bogota, Editorial Pluma. Tomo I, vol. 3, pp. 739-740.

240.000 cooperativas chamadas *kolkhoses* e em 4.000 granjas estatais denominadas *sovkhoses*.²¹⁷

A incompatibilidade entre a organização agrícola em moldes coletivos e os requisitos técnicos apropriados ao seu desenvolvimento logo determinou os rumos da atividade no campo. Não bastaria a desmedida energia administrativa empregada pela burocracia na busca de um resultado produtivo compatível com as exigências do desenvolvimento econômico proposto. Seriam os efetivos recursos produtivos que determinariam o grau de sucesso da coletivização. Estes, como se conhece do desenvolvimento industrial levado a termo até então, estavam identificados com a utilização de uma aparelhagem apropriada ao funcionamento da agricultura organizada em parcelas e não à atividade da grande exploração agrícola como se depreendia da coletivização da agricultura.

Realizada sem previsão e com a inobservância de um período preparatório durante o qual a indústria estaria em condições de compensar as lacunas provenientes da prática do individualismo econômico próprio da agricultura parcelar, e com o despreparo político do campesinato, a coletivização a toque de caixa comandada por Stalin converteu-se numa verdadeira aventura por vários anos seguidos. Impossibilitada de apoiar-se na indústria, a coletivização dos campos reduzia-se a um conjunto de medidas de força visando determinados objetivos cujo significado era oficialmente nomeado de socialismo. Assim é que, coletivizar passava a ser identificado com a expropriação dos bens individuais, como se a integração dos mesmos ao patrimônio "comum" da granja coletiva pudesse resultar por si mesmos nas condições materiais adequadas à coletivização de índole socialista.

Qual poderia ser sido a reação de milhões de indivíduos - que por se identificarem secularmente com a posse de pequenos e primitivos meios de trabalho como a única garantia da existência material - ao se depararem com aquela verdadeira ação confiscatória sem receber nada em troca? Basta dizer que não apenas cavalos, bois, vacas, ovelhas, porcos e galinhas foram retirados à força das mãos do mujique e integrados à fazenda dita coletiva, mas, inclusive, em alguns casos, objetos de uso pessoal como botas de feltro usadas no inverno.

Registrou-se, por isso, uma grande perda de forças produtivas, principalmente os animais de tração, pois os camponeses preferiam vender seus animais ou matá-los a vê-los retirados sem nenhuma contrapartida segura. Bem ou

²¹⁷ MANDEL, Ernest. *Tratado de economia marxista*. México, D. F., Edições Era, Tomo II, 1977. p. 167.

mal, em decorrência da inexistência de uma oferta decente de bens manufaturados oriundos da indústria, os únicos motores da agricultura recaíam principalmente sobre os cavalos e o gado bovino. No entanto, o rebanho de eqüinos reduziu-se em 55% entre 1926 e 1934 e o de bovinos em 40% no mesmo período, para não falar do principal componente das forças produtivas, o próprio camponês, cujas vidas foram perdidas aos milhões em face das condições adversas que passaram a ser verificadas: "(...) a responsabilidade não cabe à coletivização, mas sim aos métodos cegos, aventureiros, segundo os quais foi aplicada. A burocracia nada tinha previsto. Até mesmo o estatuto dos kolkhoses, que tentava ligar os interesses individuais do camponês ao interesse coletivo, só foi publicado depois dos campos terem sido cruelmente saqueados. (...)".²¹⁸

No período compreendido entre os anos de 1929 e 1937 a produção agrícola, em volume, praticamente manteve-se estagnada em torno da média de 73,2 milhões de toneladas/ano, resultado que ficava aquém daquele atingido no final do período de recuperação, em 1926, quando alcançara 76,8 milhões de toneladas.²¹⁹ Considerando que na década de 30 a URSS não enfrentara nenhuma ameaça militar - na verdade consolidara-se enquanto um país independente já ao final de 1921 - e descontando-se poucas exceções provenientes de fenômenos naturais, tal volume pode ser considerado um reflexo da baixa produtividade da agricultura neste período.

Nesse sentido, a coletivização da agricultura representou, embora sob outras bases, uma novo recomeço da atividade agrícola. Em outros termos, sua aplicação à maneira forçada representaria uma perda de parte da recuperação que se processara durante a década de 20. Em vez de representar uma continuidade, a coletivização conduzida por Stalin teria o significado de ruptura. Por ser assim, seu resultado espelhariam um passo atrás em relação ao patamar quantitativo já alcançado, pois a aplicação empírica das novas diretrizes para o setor resultaria em caos e paralisação das atividades. Não surpreende, portanto, a ocorrência de uma grande destruição de forças produtivas, uma completa irracionalidade, posto que a passagem da agricultura baseada na exploração individual e familiar para a organização agrícola coletiva se dera sem a observação de qualquer transição.

O grau de destruição provocado pelas medidas inerentes à coletivização elevava-se às conseqüências negativas de uma guerra enfrentada pelo país quando atacado por um inimigo externo. Ironicamente, a figura do ameaçador inimigo capitalista utilizado enfaticamente por Stalin para justificar o isolamento do país

²¹⁸ TROTSKY 1986, op. cit., p. 32.

²¹⁹ NOVE, 1973, op. cit., pp. 194 e 251.

concretizara-se por intermédio da própria prática do ditador. Se configurava com a coletivização forçada uma guerra da burocracia contra a população soviética de forma generalizada a pretexto de destruir o inimigo burguês. Depois de derrotar os inimigos da revolução em 1920, pondo fim à guerra civil e empreender um esforço descomunal de recuperação econômica mesmo deformadamente, a nação seria novamente atacada, embora desta vez a partir de seu próprio interior, o que a levaria mais uma vez a conviver com a destruição. Um reflexo cabal deste irracionalismo se refletiu na evolução populacional da URSS durante a década de 30. Basta dizer que a população soviética cresceu em média cerca de 4 milhões de seres ao ano entre 1926 e 1932, atingindo neste ano um total de 165,7 milhões de pessoas. Contudo, em 1939 ela evoluira para apenas 170 milhões, contingente que revela uma média anual de crescimento de apenas 614 mil pessoas.²²⁰ São números representativos da fome avassaladora e da carência alimentar que assolou o país em boa parte dos anos 30 levando à morte milhões de indivíduos. Todavia, a agricultura regrediria não apenas por conta da dispersão, destruição e aproveitamento ineficiente de suas forças produtivas, mas também porque passaria a prevalecer o entendimento de que grande parte dos esforços produtivos da economia como um todo deveriam ser concentrados na indústria, mantendo de maneira inversa, a desproporcionalidade entre os dois setores verificada na década de 20.

A nova qualidade dessa desproporção tem seu teor fundamentado, de um lado, na aceleração da agricultura individual e posterior implantação precoce e de forma instantânea e administrativa da coletivização agrícola, e de outro, pelo retardamento e subsequente implementação acelerada, diferenciada e parcial da indústria.

Ao eleger a industrialização como elemento prioritário de sua política econômica, poderia ser dito que Stalin finalmente aderira ao substrato do socialismo segundo sua fundamentação marxista. No entanto, essa seria uma verdade extremamente parcial em função das circunstâncias e do contexto em que a mesma seria encaminhada. Sob a gestão stalinista, a industrialização da sociedade como sinônimo do socialismo tinha uma expressão muito mais ideológica do que efetiva. Em termos práticos, o que se veria seria uma organização industrial que se afastava da propositura socialista e mesmo ameaçava a continuidade de sua existência. Se o projeto industrializante de Stalin se assentava sobre um fundamento necessário para a efetivação do socialismo, a propriedade estatal dos meios de produção, isto não resultava em nenhuma garantia de impulsionamento de um desenvolvimento

²²⁰ Idem. op. 187-188.

industrial observado dentro dos parâmetros exigidos para se alcançar a sociedade pretendida de acordo com a lógica do movimento histórico concreto. Esta observação recai diretamente sobre a questão fundamental da utilização do princípio da planificação econômica como instrumento indispensável para a viabilização da industrialização de acordo com os interesses da burocracia em sua auto-preservação.

Como já foi observado, na década de 20, durante a NEP, o princípio da planificação como recurso de ligação entre o mercado e o setor estatal da economia no sentido de uma evolução para o socialismo foi rejeitado em nome de uma pretensa superioridade do mercado em cumprir exclusivamente tal finalidade. Se constatava na política econômica implementada naquele período o prevalecimento das formulações do modelo proposto por Bukharin, tomado por Stalin, que acreditava que o crescimento da acumulação privada conduziria inevitavelmente à constituição de uma indústria em moldes socialistas, isto é, desprovida das manifestações destrutivas inerentes à anarquia mercantil. Ao efetivar seu grande giro "à esquerda" com a industrialização acelerada Stalin supostamente empreendia uma auto-crítica ao rejeitar *in totum* o mercado e admitir integralmente a planificação como procedimento econômico indispensável ao socialismo. Para não deixar margens a dúvidas, sua política econômica passava a ser encaminhada de acordo com os famosos Planos Quinquenais carregados de objetivos fixados empiricamente e aleatoriamente pela burocracia.

O fundamento empírico dos planos quinquenais aplicados depois de 1929 faz lembrar a questão das possibilidades e da capacidade interna em realizar um determinado desenvolvimento econômico. Baseado tão somente na qualidade e na disponibilidade interna de suas forças produtivas, a URSS não poderia chegar a um desenvolvimento industrial que espelhasse a racionalidade necessária a uma estrutura econômica de fundo socialista. O país se deparava no início de década de 30 com enormes disponibilidades de força de trabalho pré-industriais e grandes reservas naturais em estado bruto sem, entretanto, deter o domínio tecnológico adequado para aproveitá-las de acordo com um esforço produtivo menos custoso.

O grande "salto" representou o aprofundamento do isolamento e a negação definitiva da convivência, calcada nos fundamentos do Estado operário e da ditadura do proletariado, com o mercado mundial. Não resta dúvida, então, que Stalin optou por um modelo de industrialização ancorado no atraso. Em seu livro *Os problemas econômicos do socialismo na URSS*, sem reconhecer explicitamente essa problemática, Stalin argumentaria a respeito do papel peculiar do Estado

soviético na construção do socialismo no contexto da autarquia, o que permite compreender a verdadeira extensão do subjetivismo burocrático:

"(...) o papel peculiar do poder soviético explica-se por duas circunstâncias. Em primeiro lugar, o poder soviético não teve que substituir uma forma de exploração por outra, como nas antigas revoluções, mas liquidar toda a exploração; em segundo lugar, dada a ausência, no país, de quaisquer embriões de economia socialista, ele teve de criar - por assim dizer - em 'terreno virgem' as novas formas socialistas de economia. (...)"²²¹

A escolha da autarquia conduziria a um conjunto de relações econômicas que ficaria muito longe do socialismo, mas, porém, não o aproximaria do capitalismo mais desenvolvido, em termos das conquistas econômicas, como queria fazer crer a propaganda veiculada pela burocracia já na primeira década de vigência da industrialização acelerada. Ao rejeitar a idéia da impossibilidade da construção socialista em condições de isolamento, Stalin acabou por repudiar um tipo de desenvolvimento econômico que, embora ainda não socialista, estaria em condições de oferecer à população soviética um grau de equanimidade na distribuição dos resultados da produção que a colocaria provavelmente em pé de igualdade perante a nação capitalista mais desenvolvida numa determinada altura de sua evolução. A preferência pela autarquia, desgraçadamente, antes de garantir a efetivação do socialismo, acabou por criar as condições para a sua supressão.

Na nova versão do socialismo num só país, onde a indústria seria o alvo prioritário, o desenvolvimento das forças produtivas em condições exclusivamente internas a partir de um estágio semi-capitalista assemelhava-se, a princípio, à proposição contida no modelo de Preobrazhensky da lei da acumulação socialista primitiva, o qual já se conhece do capítulo anterior. Ao exagerar o conflito entre a lei da planificação socialista e a lei do valor aquele autor terminava deixando pouco espaço para o desenvolvimento das relações mercantis que deveriam se apresentar como as fontes de financiamento da indústria. A rejeição da passagem direta ao socialismo acabava por aparecer mais como uma questão de princípio, pois na definição do mecanismo que deveria levar à expansão do setor socialista soviético o mercado acabava inviabilizado por um sistema de preços que refletia a absolutização das trocas desiguais, resultando, então, no apressamento do período de tempo exigido para o transcurso adequado da transição.

No modelo stalinista pós 1930, localizando-se as devidas diferenciações entre o posicionamento de Preobrazhensky e o de Stalin, o que aparece

²²¹ Apud STALIN, 1982, op. cit., p. 161.

explicitamente como questão de princípio é a adoção da tese da passagem direta ao socialismo. Quer dizer, a não necessidade da transição aparece como um axioma. Diferentemente do que acontecera com a política de Stalin no período da NEP, não se tratava agora de separar os setores socialista e mercantil rompendo o elo de ligação entre eles, mas, antes de tudo, de homogeneizar as relações econômicas ao estágio teórico do socialismo já concluído. Se no modelo de Preobrazhensky esta suposto que o desfecho socialista aconteceria com a supressão do conflito ao longo de um processo, para Stalin o conflito estava superado de ante-mão pela eliminação das relações mercantis enquanto componentes legítimas de um modelo de transição. Então, aquilo que em Preobrazhensky acabava se manifestando como uma incoerência teórica entre a variável de princípio e os elementos operacionais, em Stalin se manifesta como um princípio lógico. E, sem dúvida, restaria ainda o mérito para Preobrazhensky por admitir a dialética da economia de transição.

O papel da agricultura como financiadora da indústria na versão stalinista seria exercido não por meio de um mecanismo de exploração como previsto nas trocas desiguais vislumbrada por Preobrazhensky. Com a coletivização forçada o que Stalin procurava era um verdadeiro processo de expropriação direta. Sem a ocorrência de trocas, a transferência da produção agrícola para os locais em que deveria ser consumida como matéria prima ou meio de subsistência se faria por intermédio do próprio Estado. Este determinaria *ex ante* ao agente econômico agrícola - o camponês na condição de membro da granja coletiva - qual o excedente a ser transferido. Por outro lado, a produção industrial que chegaria às unidades coletivizadas seria determinado independentemente de um processo de trocas entre agricultura e indústria no qual estivesse presente um mecanismo de preços relativos. Também o Estado antecipadamente e de forma administrativa faria a alocação dos bens industriais para uso no campo. No aparelho econômico stalinista as trocas seriam mantidas no plano estritamente formal para a viabilização operacional complementar da circulação da produção, mas destituídas de seu caráter mercantil.

Com a eliminação de qualquer possibilidade de decisão e gestão democrática das questões econômicas por parte dos produtores, e perante a ultracentralização exercida pela burocracia, configurava-se uma situação em que o Estado adquire a condição de exclusivo regulador da economia. A economia passaria a ser dirigida por um Plano, mas, em consequência da ausência do controle pelo mercado e da inexistência da democracia operária, prevaleceria na prática um processo de coordenação econômica que assemelhava-se ao princípio do "cérebro universal".

O erguimento de um aparelho econômico centrado no atraso tinha em seu fulcro a inevitabilidade da reprodução da escassez. Os marxistas sempre acreditaram que a solução do problema do florescimento das classes sociais passava pela materialização da abundância no seio da sociedade. A manutenção da escassez, por sua vez, apresenta-se como a condição por excelência para a preservação da dominação de classe. Pode ser dito, então, que Stalin promoveu uma verdadeira inversão do significado marxista do socialismo visando preservar sua dominação sobre a sociedade soviética a partir da propriedade coletiva dos meios de produção. A implantação de uma estrutura econômica deformada, prenhe em desproporcionalidades, representou, em analogia com a proposição do socialismo, a continuidade da pobreza e a intensificação da escassez. Comparativamente ao capitalismo, a manutenção da pobreza na URSS facilitou a continuidade de uma hierarquia social, embora possa ser afirmado que na União Soviética ela se implantou de acordo com uma violência mais intensa.

Se é verdadeira a afirmação de que a industrialização soviética representou um verdadeiro triunfo em face das elevadas taxas de crescimento constatadas num espaço de tempo relativamente curto, por outro lado, deve ser dito com todas as letras que tal triunfo apenas poderia ser obtido de acordo com um procedimento particular. Trata-se do princípio da desproporcionalidade adotado como norma econômica. O crescimento dos rendimentos dos operários e camponeses foram intermitentemente sacrificados em nome do desenvolvimento da indústria pesada. Esta era a consequência lógica da ausência de fluxos econômicos com o exterior, quer dizer, o que estava em jogo era o favorecimento de um mecanismo adequado para a burocracia tendo em vista a reprodução da pobreza, o que, diga-se de passagem, não deixava de ser uma louvável demonstração de habilidade e força política:

*"(...) a autoridade burocrática se baseia na pobreza dos artigos de consumo e na luta que daí resulta contra todos. Quando os armazéns se encontram bem fornecidos de mercadorias, os clientes poderão aparecer a todo momento. Quando as mercadorias escasseiam, os compradores são obrigados a esperar à porta. Logo que a fila de pessoas se torna muito longa, impõe-se a presença de um agente da polícia para manter a ordem. Este é o ponto de partida da burocracia soviética. Ela 'sabe' a quem dar e quem deve esperar. ..."*²²²

O conceito de pobreza aqui utilizado, evidentemente, está em estreita ligação com um determinado grau de bem-estar material a ser atingido pela sociedade após a conquista do estatuto da propriedade coletiva. No sentido oposto, trata-se da

²²² TROTSKY 1980, op. cit., p. 30.

importante questão da riqueza colocada como projeto a ser desenvolvido e alcançado uma vez que, a partir da conquista do poder pelos trabalhadores, uma nova racionalidade nortearia a organização econômica. E mesmo que se reconheça, no contexto da dialética econômica da transição, a inevitabilidade da manutenção de "direitos burgueses", essa racionalidade guardaria identidade com uma evolução tendencial em cujo fim estivesse, pelo menos, a supressão da miséria, a redução drástica das diferenças relativas ao consumo, o fim dos privilégios e o crescimento significativo das condições gerais da existência material. Nestes termos, seria possível vislumbrar um crescimento generalizado e significativo da situação de vida da população soviética - conjugadamente às formas de decisão e gestão amplamente democráticas - em um universo interno não-capitalista, porém, sem, entretanto, atingir o socialismo, admitido como realização impossível no espaço de um país isolado em face das teses aqui defendidas.

Considerando a elevada precariedade e insuficiência das forças produtivas no contexto de um esforço econômico norteado pelos parâmetros da teoria do socialismo num só país, o desenvolvimento soviético registrado particularmente depois de 1930, não obstante o surgimento de uma estrutura econômica amplamente diferenciada relativamente à década de 20, sobretudo no que se refere à indústria, sempre esteve em consonância com um estágio qualitativo que não conseguia se distanciar em muito da pobreza.

A reprodução da pobreza ao longo de décadas, então, seria consequência direta da desproporcionalidade econômica conscientemente estabelecida. O significado da desproporção congênita da economia soviética estabelecida pela iniciativa stalinista comporta dois planos: primeiro, aquele das relações entre indústria e agricultura, cujos vínculos foram rompidos definitivamente no espaço do mercado, assumindo a indústria a condição de variável exclusiva do desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, aquele que se refere às relações entre os vários ramos dentro da indústria. Prevaleceu enfaticamente o entendimento de que a industrialização no socialismo tinha como sinônimo o desenvolvimento da indústria pesada como um fim em si mesma.

Em 1926 a URSS tinha apenas cerca de 18% de sua população total vivendo nas cidades e em 1928 a taxa de poupança/investimentos em relação à renda nacional era de 12,5%. Na condição de um país que recusava bens de consumo, maquinário e equipamentos e investimentos diretos localizados no exterior, e contando com uma superpopulação rural verifica-se uma produtividade muito baixa do trabalho agrícola. Por outro lado, como se sabe, os mananciais de matéria-prima industriais eram bastante elevados. Então, em 1930, quando se inicia a

extremos que dão margem à configuração de uma *dualidade* tecnológica, ao tempo em que nos permite caracterizar um padrão de desenvolvimento soviético relativamente à evolução da produtividade do trabalho. Este é um padrão inibidor do crescimento do rendimento do trabalho: como consequência da importância relativamente pequena da indústria de bens de consumo, que utiliza por sua natureza, uma tecnologia intermediária, e por conta do desenvolvimento geral centrado na indústria pesada em uma natureza particular, o incremento da produtividade média do trabalho na sociedade verificava-se numa escala inferior ao crescimento da renda nacional.

É bem conhecida a importância para a sociedade da concretização da relação inversa entre crescimento da produtividade do trabalho e diminuição dos custos de produção, tanto quanto da relação direta entre a ascensão daquela produtividade e a da melhoria de qualidade e diversificação dos bens obtidos. No caso particular da União Soviética seriam esses elementos derivados da força produtiva do trabalho que a colocaria à prova frente aos países capitalistas desenvolvidos quando da checagem do caminho adotado para manter-se dentro do espaço da independência de classe do proletariado. Trata-se de uma questão decisiva, pois, mesmo nos períodos em que enfrentou estagnação e recessão, o capitalismo manteve-se muito à frente da URSS no que respeita à técnica, à organização e à cultura do trabalho.

A palidez do desenvolvimento da produtividade do trabalho pode ser considerada também no que tange à eficiência da utilização dos bens de capital. Na URSS as decisões de investimento estavam exclusivamente em mãos da burocracia com sua planificação total. Assim, na ausência do mercado como fator de avaliação, pode ser dito que as oportunidades de investimento eram praticamente ilimitadas, pois não passavam pelo critério da rentabilidade decorrente da associação das variáveis tempo de retorno do capital e aplicações alternativas. Contudo, para as condições em que foi organizado o desenvolvimento econômico sob orientação de Stalin, o capital em si tornara-se um recurso bastante escasso. Essa situação, em face da necessidade de poupança dos bens de produção, recomendava o crescimento permanente da produtividade do capital. Na verdade, o aproveitamento racional dos bens de capital era procedimento pouco comum. O que se constatou no longo-prazo, em particular no período 1928-1940, foi uma evolução negativa dessa produtividade, fato que evidenciava que a economia soviética, apesar da grande expansão quantitativa da indústria, caíra vítima do empirismo em todos os sentidos.

Estava-se diante de uma economia fechada cujo fator limitante do crescimento era representado pelo estoque de capital. Utilizando os modelos de reprodução de Marx para fins de compreensão do modelo stalinista, recorrendo ao que se discutiu até aqui, concluir-se-á que a estrutura industrial no modelo stalinista é concebida tendo como suposto uma determinada desproporção entre o departamento I (indústria de bens de produção) e o departamento II (indústria de bens de consumo e agricultura). Já que o objetivo é a obtenção de uma determinada taxa de crescimento da economia como um todo, seria necessário enfatizar a reprodução e expansão do próprio departamento I, enquanto o departamento II permaneceria numa situação residual, ou mantida no estágio equivalente à reprodução simples. Isso quer dizer que uma parcela decrescente do excedente total é canalizado a cada período para o gasto de consumo e, ao contrário, a parcela deste mesmo excedente dirigida à elevação da acumulação no departamento I cresce continuamente. Dessa maneira, poderia ser afirmado que o sistema se reproduz e se amplia em condições equilibradas mesmo em presença da desproporcionalidade e do subconsumo. Este ocuparia uma posição estrutural no modelo, assemelhando-se a uma situação teorizada pelo economista russo Tugan-Baranovsky na primeira década do século XX, a qual negava que as crises cíclicas do capitalismo pudessem ser provocadas por uma demanda de consumo insuficiente relativamente à demanda efetiva exigida para a manutenção da reprodução ampliada num determinado patamar.²²⁵

À semelhança do capitalismo, ainda inspirando-se na opinião de Tugan, na economia soviética o objetivo seria a produção pela produção ao tempo em que os trabalhadores participam dos meios de produção, portanto, colocados em pé de igualdade com os demais meios de produção quer seja aqueles relativos ao capital fixo ou ao capital circulante:

*"(...) o trigo de que necessitam os trabalhadores, a ração que alimenta os cavalos, a hulha necessária para as caldeiras das máquinas são, todos eles, no processo da produção capitalista, objetos de uma mesma categoria, objetos imprescindíveis para a produção e que são produzidos somente por este motivo. (...)"*²²⁶

Acontece que enquanto a força de trabalho cria um valor superior a si própria, o mesmo não acontece com os meios de produção. A manutenção do consumo em níveis relativamente constantes, como acontecia na URSS por

²²⁵ TUGAN-BARANOWSKI, M. *Estudios sobre la teoría e historia de las crisis comerciales en Inglaterra*. In COLLETTI, L. (org.). *El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo*. México, Siglo XXI, 1978. Para uma visão e interpretação do modelo de Tugan-Baranovsky ver MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1986, cap. 10.

²²⁶ Apud MIGLIOLI, 1986, op. cit., p. 134.

períodos de vários anos, resultava em que o excedente (ou taxa de mais-valia no capitalismo) sacado dos trabalhadores crescia permanentemente para compensar a elevação da relação entre bens de produção e fundo de salários (ou composição orgânica do capital) no departamento I. Evidentemente, se esta relação mantém-se inalterada no departamento II, a variação positiva da acumulação total da economia decorre exclusivamente da própria acumulação no departamento I, com a importante observação de que neste departamento a acumulação não acontece baseada apenas no seu próprio excedente, mas também com a transferência de parte do excedente gerado no departamento II.²²⁷ Fica claro, assim, que à medida em que ocorrem os períodos de produção a desproporcionalidade entre os departamentos tende a aumentar.

Na URSS conformou-se uma situação muito próxima desta acima descrita. Mesmo que se reconheça que no longo prazo os níveis de consumo tenham melhorado, embora de forma insuficiente relativamente àquilo que se poderia supor para uma sociedade apregoada como socialista, é indiscutível que o crescimento continuado por um longo período deveu-se ao excedente em contínua expansão e ao consumo em permanente estagnação. De tal forma que o mecanismo utilizado intensamente pela burocracia para garantir o continuado crescimento quantitativo da produção foi o da mais-valia absoluta, se recorrermos às categorias de Marx aplicadas inadequadamente à economia soviética. Este excedente era, então, extraído, sobretudo, por meio da extensão da jornada de trabalho e pela intensificação dos ritmos de trabalho. Não foi por outra razão que a burocracia decretou a URSS como a paraíso do trabalho abstrato, criando a emolucão e o taylorismo à moda soviética, o *stakhanovismo*.

Neste ponto é preciso dar razão à caracterização de Robert Kurz quando considera que a URSS, assim como o capitalismo, se estruturava a partir da lógica e do *ethos* da sociedade do trabalho. O trabalho abstrato ocupa o lugar de objetivo em si nos dois sistemas, mas, para a burocracia ele adquire a condição de elemento ideológico indispensável que justifica o processo de acumulação permanente.²²⁸

Ao mesmo tempo, dificilmente se poderia concordar com ele quando equipara a URSS burocraticamente degenerada a um país capitalista dirigido pela classe trabalhadora, a qual assume a função completar à era da modernidade em virtude da incapacidade da burguesia nacional russa. Ao contrário, acredita-se, é justamente a propriedade social, diante da inexpressividade do mercado e da

²²⁷ Uma situação análoga no capitalismo, chamada por Tugan-Baranovsky de "repartição proporcional da produção", pode ser vista em Miglioli, 1986, op. cit., pp. 139-146.

²²⁸ KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada so socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992, cap. I.

ausência da moeda em suas funções típicas, que permite à burocracia, com base no princípio da planificação, organizar e gerenciar a distribuição do excedente de forma a permitir a reprodução do sistema por um período de várias décadas sem crises terminais. Não obstante, a gênese da crise coincidia com a instalação do coletivismo burocrático e a gestação do colapso final esteve sempre em andamento.

Os fundamentos da derrocada do regime burocrático devem ser localizados, obviamente, na manutenção da desproporcionalidade crescente naquela economia. Em oposição à economia capitalista, sistema no qual o crescimento da produtividade do trabalho coloca a importância da mão-de-obra num lugar cada vez mais secundário diante do capital constante, resultando na pressão para a queda da taxa de lucro geral, na URSS o não crescimento do rendimento do trabalho é que se colocava como a variável decisiva para a geração da crise. Partindo da desproporcionalidade básica entre os dois departamentos, como se avaliou, e considerando que a taxa de acumulação sempre se materializou apoiada no expediente correlato à mais-valia absoluta, o que dispensava a evolução do progresso técnico como norma intrínseca do sistema, ao longo do tempo foram se acumulando deformações intransponíveis ao emprego da produtividade crescente do trabalho como requisito para evolução econômica. Aliás, a secundarização, ou desimportância, da incrementação permanente da força produtiva do trabalho é um suposto do modelo stanilista, não devendo, por conseguinte, ser interpretada como uma manifestação acidental a posteriori.

É possível argumentar, criticando a semelhante julgamento, que a economia soviética, para desenvolver-se numa linha socialista, requisitava uma organização na qual a desproporcionalidade estivesse presente inevitavelmente. Seria indispensável constituir a indústria de base em primeiro lugar para, depois de transcorrido certo tempo de acumulação, partir-se para a implantação de outros ramos industriais, em particular aqueles relativos a indústria leve e de bens de consumo. Ocorre que tal resposta seria aceitável desde que a desproporcionalidade não fosse adotada como norma perpétua; no contexto da transição, e levando em conta o retardamento da revolução em outros países, a desproporcionalidade se colocaria tão somente como um princípio transitório, pois atingido certo patamar de acumulação a partir da ênfase na indústria de bens de produção, e estabelecida a regularidade das trocas com o exterior, o resultado a ser perseguido deveria ser o do enraizamento da proporcionalidade econômica adequada a um determinado patamar de progresso das condições de existência:

"(...) estas desproporções são comuns a toda a economia. Elas são, em certa medida, inevitáveis, pois era necessário, e ainda é.

*começar pelos setores mais importantes. Não é menos verdade que o estágio atrasado de certos setores diminui em muito a eficiência do trabalho em alguns outros. Se se imaginar uma economia dirigida ideal, que não assegure o mais rápido desenvolvimento de certos ramos, mas os melhores resultados para seu conjunto, o coeficiente estatístico de crescimento será menor no primeiro período, mas a economia no seu conjunto e o consumidor ganharão com isso. Como consequência, a dinâmica geral da economia também ganhará. (...)"*²²⁹

A perspectiva do crescimento industrial no qual a proporcionalidade seja perseguida e esteja assegurada trás implícita a possibilidade de expansão da indústria em forma intensiva e, por consequência, cria as condições para o combate efetivo à ineficiência. Tal resultado se colocava como completamente inalcançável no espaço do modelo stalinista em face da desproporcionalidade intrínseca ao mesmo como norma, o que fazia da expansão industrial uma atividade praticamente extensiva. Estavam dadas desde o início, por conta da natureza do modelo, as condições que impossibilitariam, em algum momento do tempo, a passagem para uma etapa em que a eficiência, ou a elevação permanente do rendimento do trabalho e da inovação tecnológica, seria o objetivo econômico principal a ser conquistado.

Com a perseguição incessante da industrialização extensiva, aliada ao isolamento, as economias do tipo soviético acabaram por desenvolver determinadas patologias. Estas estão identificadas na formação de carências endêmicas de bens de consumo e capital, pelo desperdício decorrente de ciclos de investimentos incompletos, que resultavam em projetos inacabados, e pela grande ineficiência resultante da planificação burocrática, cujos aspectos mais importantes eram a coordenação medíocre entre os setores e a incapacidade dos planejadores em processar as informações adequadamente em virtude da ultra-centralização do mecanismo de decisão.²³⁰

A economia soviética cresceu aceleradamente do início dos anos 30 até meados da década de 50. Pode ser dito, então, que a economia burocratizada atingira seu amadurecimento e passava a refletir fortes sinais de esgotamento. Contribuiu decisivamente para apressar a queda das taxas de crescimento o obsessivo desenvolvimento de uma indústria militar a partir desta última data, o que, sem dúvida, reflete o tensionamento da posição de isolamento inspirada na teoria do socialismo num só país. Segundo o economista húngaro Janos Kornai, a

²²⁹ TROTSKY, 1980, op. cit., p. 14.

²³⁰ CALLINICOS, Alex. *A vingança da história - o marxismo e as revoluções do Leste Europeu*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992. pp. 56-57.

"reprodução constante da ineficiência" chega ao seu auge em consequência da inexistência de um limite "auto-imposto" à demanda de recursos de investimentos.²³¹

O golpe final viria em consequência das significativas alterações presenciadas no plano do capitalismo mundial entre as décadas de 70 e 90. O regime burguês passaria por enormes transformações qualitativas, vindo à tona um novo paradigma tecnológico e a chamada globalização da economia. Estes nada mais representavam do que uma nova etapa de aprofundamento das relações mercantis à escala internacional e a elevação da desimportância da independência do Estado-nação perante a lei do valor no plano do mercado mundial. As empresas multinacionais definitivamente passavam para o primeiro plano no que respeita a autonomia do direcionamento dos fluxos de capitais entre os países, implicando numa grande diminuição da importância das fronteiras nacionais como barreiras das quais podem os Estados usufruírem visando a reprodução interna do capital.

Este fenômeno recente ligado à internacionalização da economia mundial cobrou pesado tributo da URSS. Permanecendo em seu isolamento, impossibilitada de compartilhar do elevado crescimento da produtividade inerente a estes últimos desenvolvimentos verificados no plano da divisão internacional do trabalho, o apressamento da estagnação e do colapso da URSS tornou-se irresistível num espaço de tempo relativamente curto. Particularmente, nos anos 80 o modelo soviético conheceu uma obsolescência num ritmo intenso, o que tornaria inevitável sua derrocada no início dos anos 90.²³²

²³¹ *idem.* p. 57

²³² *ibidem.* pp. 57-59.

BIBLIOGRAFIA

- ALTVATER, E. *Some problems of state interventionism: the "particularizacion" of the State in bourgeois society*. In HOLLOWAY, J. e PICCIOTTO, S., 1979, op. cit.
- BALANCO, Paulo. *Socialismo e economia de mercado: algumas reflexões à luz da experiência soviética*. In NÓVOA, 1993, op. cit.
- BANDEIRA, Moniz. *Do ideal socialista ao socialismo real: a reunificação da Alemanha*. São Paulo. Ensaio, 1992.
- BARBOSA de OLIVEIRA, Carlos Alberto. *O processo de industrialização - do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas, IE/UNICAMP, Tese de Doutorado, 1985, mimeo.
- BERTELLI, Antonio Roberto (org.), *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo, Global, 1987
- BETTELHEIM, Charles. *A transição para a economia socialista*. Rio de Janeiro. Zahar, 1969.
- BROSSAT, Alain. *El pensamiento político del joven Trotsky en los orígenes de la revolución permanente*. México. Siglo Veintiuno, 1976.
- BRUS, Wlodzimierz. *The market in a socialist economy*. Boston, Routledge & Kegan Paul, 1972.
- BUKHARIN, Nicolai. I. *Bukharin - Economia*. GORENDER, Jacob (org.), São Paulo. Ática, 1990.
- BUKHARIN, Nicolai. I. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo. Nova Cultural, 1986
- BUKHARIN, Nicolai. I. *Selected writings on the state and the transition to socialism*. DAY R. B. (ed.). New York. M. E. Sharpe, 1982.

- BUKHARIN, Nicolai, I. *A Nova Política Econômica e as nossas tarefas*. In BUKHARIN, 1990, op. cit.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *A via para o socialismo e a aliança operário-camponesa*. In BUKHARIN, 1990, op. cit.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *Teoria econômica do período de transição*. In BUKHARIN, 1990, op. cit.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *A questão das contradições entre cidade e campo*. In Bukharin, 1990, op. cit.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *The road to socialism and the worker-peasant alliance*. In BUKHARIN, 1982, op. cit.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *The new course in economy policy*. In BUKHARIN, 1982, op. cit.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *Toward a critique of the economic platform of the opposition (The lessons of October 1923)*. In BUKHARIN, 1982, op. cit.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *Economics of the transition period*. In BUKHARIN, 1982, op. cit.
- CALLINICOS, Alex. *A vingança da história - o marxismo e as revoluções do Leste Europeu*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.
- CARR, E. H. *Historia de la Rusia soviética - Bases de una economía planificada - (1926-1929)*. Madrid, Alianza, Vol. II, 1983.
- CARR, E. H. *História da Rússia soviética - A revolução bolchevique - (1917-1923)*. Porto, Afrontamento, vol. 2, 1979.
- CARR, E. H. *Historia de la Rusia soviética - El socialismo en uno solo país - (1924-1926)*. Madrid, Alianza, 1975.
- CARR, E. H. & DAVIES, R. H. *Historia de la Rusia soviética - Bases de una economía planificada - (1926-1929)*. Madrid, Alianza, Vol. I, parte II, 1980.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Engels, o segundo violino*. São Paulo, Xamã, 1995.

- COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Trotsky/hoje*. São Paulo, Ensaio, 1994.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.). *História e crise contemporânea*. São Paulo, FFLCH-USP, Pulsar, 1994.
- COGGIOLA, Osvaldo. *O colapso da União Soviética e os prognósticos do marxismo*. In COGGIOLA, 1994, op. cit.
- COHEN, Stephen, F. *Bukharin - uma biografia política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- Crítica Marxista. São Paulo, Brasiliense, Vol. 1 No. I, 1994.
- DAVIES, R. H. *As opções econômicas da URSS*. In HOBBSBAWM et alli. (orgs.), 1986. op. cit.
- DAY, Richard. B. *Leon Trotsky on the dialectics of democratic control*. In WILES, 1988, op. cit.
- DAY, Richard. *Preobrazhensky and the theory of the transition period*. In Soviet Studies, Vol. XXVII, No. 2, april 1975.
- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, o profeta armado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- DEVAUX, Jean. *Lenin y Trotsky y la transición al socialismo*. In Críticas de la economía política, Mexico. Ediciones El Caballito. Edición Latinoamericana, no. 29, 1986.
- DYKER, David, A. *The future of soviet economic planinning system*. Sydney. Croom Helm, 1985.
- ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo. Gicbal, 1984.
- FAUSTO, Rui. *Marx: lógica e política*. São Paulo, Brasiliense, Tomo II, 1987
- FERNANDES, Rubem César (org.), *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

- GERRATANA, Valentino. *Estado socialista e capitalismo de Estado*. In BERTELLI, 1987, op. cit.
- GILL, Louis. *Fondements et limites du capitalisme*. Montréal, Boréal, 1996.
- GILL, Louis. *As transformações econômicas no Leste*. In NÓVOA, 1993, op. cit.
- HIRSCH, J. *Elementos para una teoría materialista del Estado*. In Críticas de la economía política. México, D. F., Nos. 16 e 17, 1979.
- HOBSBAWM, Eric, J. et al. (orgs.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vols. V. e VII, 1985, 1986.
- HOBSBAWM, Eric, J. *Introdução*. In MARX, 1977, op. cit.
- HOLLOWAY, J. e PICCIOTTO, S. (eds.). *State and capital; a marxist debate*. Austin, University of Texas Press, 1979.
- HOLLOWAY, J. e PICCIOTTO, S. *Introduction: towards a materialist theory of state*. In HOLLOWAY e PICCIOTTO, 1979, op. cit.
- HOWARD, M. C. and KING, J. E. *A history of marxian economics*. New Jersey, Princeton University Press, volume II, 1992.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1996.
- KNEI-PAZ, Baruch. *Trótski: revolução permanente e revolução do atraso*. In Hobsbawm et alli, 1985, op. cit., pp. 159-196.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.
- LECLERCQ, Y. *Teorias do Estado*. Lisboa. Edições 70, 1981.
- LENIN, Wladimir, I. *Lenin*. FERNANDES, Florestan (org.) São Paulo. Ática. 1978.
- LENIN, Wladimir, I. *Obras Escolhidas*. Lisboa, Edições Avante, vol. 3, 1979 (a).

- LENIN, Wladimir, I. *Imperialismo fase superior do capitalismo*. São Paulo, Global, 1979 (b).
- LENIN, Wladimir, I. *O Estado e a revolução*. São Paulo, Hucitec, 1979 (c).
- LENIN, Wladimir, I. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, Vol. 3, 1980.
- LENIN, Wladimir, I. *O imposto em espécie: o significado da Nova Política Econômica e suas condições*. In BERTELLI, 1987, op. cit.
- LENIN, Wladimir, I. *Sobre a cooperação*. In LENIN, 1980, op. cit.
- LENIN, Wladimir, I. *Para o quarto aniversário da revolução de outubro*. In LENIN, 1979 (a), op. cit.
- LENIN, Wladimir, I. *Relatório sobre a substituição das requisições pelo imposto em espécie - X Congresso do PCR(b)*. In LENIN, 1979 (a), op. cit.
- LENIN, Wladimir, I. *Sobre o monopólio do comércio externo*. In LENIN, 1979 (a), op. cit.
- LENIN, Wladimir, I. *Teses do relatório sobre a tática do PCR - III congresso da internacional comunista*. In LENIN, 1979 (a), op. cit.
- LENIN, Wladimir, I. *A sociedade de classes e o Estado*. In LENIN, W. I., 1978, op. cit.
- LEWIN, Moshe. *Para uma conceituação do stalinismo*. In Hobsbawm et alli. 1986, op. cit., pp. 203-240.
- LENIN/TROTSKY. *A questão do programa*. São Paulo, Kairós. 1979.
- LÓWY, Michael. *A revolução permanente: teoria ou profissão de fé?* In COGGIOLA Osvaldo (org.). *Trotsky/hoje*. São Paulo, Ensaio. 1994, pp. 73-82
- MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo, Xamã, 1995.
- MANDEL, Ernest. *Trotski: um estudo da dinâmica do seu pensamento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

- MANDEL, Ernest. *Tratado de economia marxista*. México, D. F., Edições Era, Tomo II, 1977.
- MARX, Karl. *Marx*. São Paulo, Nova Cultural, vol. I, 1987.
- MARX, Karl. *Prefácio a Para a crítica da economia política*. In MARX, 1987, op. cit.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1985, vol. II.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos*. Alfa-Ômega, No. 3, s/d.
- MEDVEDEV, Roi A. *O socialismo num só país*. In HOBBSBAWM. Eric. J. et alli. (orgs.), 1986, op. cit.
- MEYER NASCIMENTO. Victor, A. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador, Curso de Mestrado em Economia/UFBA, 1993.
- MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1986.
- NOVE, Alec. *Historia económica de la Union Soviética*. Madrid. Alianza. 1973.
- NÓVOA, Jorge (org.), *A história à deriva: um balanço de fim de século*. Salvador. Universidade Federal da Bahia, 1993.
- PACHUKANIS, Evgeny. B. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo. Acadêmica, 1988.
- PODTCHEKOLDIN, Aleksandr. *Origens dos privilégios dos apparatchiks na URSS: os novos dados da investigação histórica*. In NÓVOA. 1993. op. cit
- PREOBRAZHENSKY, Evgen. *As perspectivas da Nova Política Econômica*. In BERTELLI, 1987 op. cit.
- PREOBRAZHENSKY, Evgeny. *A nova econômica*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979.

- PREOBRAZHENSKY, Evgeny. *De la NEP ao socialismo*. Barcelona, Fontanella, 1976.
- QUARTIM DE MORAES, João. *A difícil supressão das relações mercantis*. In Critica Marxista, 1994, op. cit.
- SALTER, John. *On the interpretation of Bukharin's economic ideas*. In Soviet Studies, vol. 44, No. 4, 1992.
- STALIN, Joseph. *Stalin - Política*. PAULO NETTO, José (org.), São Paulo, Ática, 1982.
- STALIN, Joseph. *As bases do leninismo*. In STALIN, 1982, op. cit.
- STALIN, Joseph. *Sobre os fundamentos do leninismo*. In STALIN, 1982, op. cit.
- STALIN, Joseph. *Os problemas econômicos do socialismo na URSS*. In STALIN, 1982, op. cit.
- TRAVERSO, ENZO, *Le "prophète muet": Trotsky aujourd'hui*, In Actuel Marx, Nanterre, No 17, primeiro semestre 1995.
- TROTSKY, Leon. *Informe sobre a Nova Política Econômica e as perspectivas da revolução*. In BERTELLI, 1987, op. cit.
- TROTSKY, Leon. *A revolução traída*. São Paulo, Global, 1980.
- TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo. Ciências Humanas. 1979.
- TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Vols. 1 e 3. 1977.
- TROTSKY, Leon. *El nuevo curso*. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente. No. 27, 1974.
- TROTSKY, Leon. *Minha vida*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1969.
- TROTSKY, Leon. *O plano quinquenal*. São Paulo. Editora Unitas. 1931.

TROTSKY, Leon. *Adonde va Rusia? Hacia el capitalismo o hacia el socialismo?*

Madrid, Ediciones Oriente, 1928.

TROTSKY, Leon. *El nuevo curso de la política soviética - la aventura económica y sus peligros.* In TROTSKY, L. *Escritos.* Bogota, Editorial Pluma. Tomo I, vol. 3.

TROTSKY, Leon. *Resultados y perspectivas / Tres concepciones de la revolución rusa.* Argentina, El Yunque Editora, s/d.

TROTSKY, Leon. *A revolução de 1905.* São Paulo, Global, s/d.

TUGAN-BARANOWSKI, M. *Estudios sobre la teoría e historia de las crisis comerciales en Inglaterra.* In COLLETTI, L. (org.). *El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo.* México, Siglo XXI, 1978.

WILES, P. (ed.). *The soviet economy on the brink of reforms: essays in honor of Alec Nove.* Boston, Unwin Hyman, 1988.